



B1

ISSN: 2595-1661

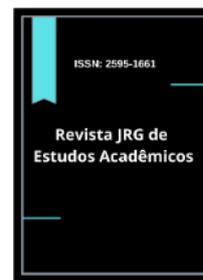
ARTIGO DE REVISÃO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Educação quilombola e ensino superior: desafios, barreiras e o impacto das políticas afirmativas

Quilombola education and higher education: challenges, barriers, and the impact of affirmative policies

DOI: 10.55892/jrg.v8i18.1939

ARK: 57118/JRG.v8i18.1939

Recebido: 24/02/2025 | Aceito: 07/03/2025 | Publicado *on-line*: 08/03/2025

Leiciane Miranda Cardoso¹

<https://orcid.org/0009-0008-3203-4674>

<http://lattes.cnpq.br/4888938676422681>

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: leicianemitanda7@gmail.com

Sara Brigida Farias Ferreira²

<https://orcid.org/0000-0001-6588-2305>

<http://lattes.cnpq.br/9477160915420773>

Universidade Estadual do Tocantins -Unitins, TO, Brasil

E-mail: sara_farias@hotmail.com

Resumo

A educação nas comunidades quilombolas no Brasil ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente no que diz respeito ao acesso e permanência no ensino superior. A Comunidade Remanescente de Quilombo Jutaí, localizada em Breu Branco, no Pará, ilustra essa realidade, evidenciando as dificuldades estruturais e sociais que limitam as oportunidades educacionais de seus moradores. A ausência do ensino médio na comunidade e a oferta de um modelo modular descontínuo dificultam a formação dos estudantes e reduzem suas chances de ingressar em universidades. Assim, o problema central deste estudo é compreender como as barreiras educacionais enfrentadas pelos quilombolas impactam sua trajetória acadêmica e quais medidas podem ser adotadas para promover maior inclusão. O objetivo deste trabalho é analisar os desafios enfrentados pelos estudantes quilombolas no acesso ao ensino superior, com base na realidade do Quilombo Jutaí, além de discutir o impacto das políticas afirmativas, como a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), na inclusão desses grupos. Para isso, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica e documental, examinando textos acadêmicos, legislações e relatórios institucionais sobre o tema. A justificativa para este estudo encontra-se na necessidade de ampliar o debate sobre a inclusão de estudantes quilombolas nas universidades, considerando a persistente desigualdade de oportunidades. Embora as políticas afirmativas tenham proporcionado avanços, ainda

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Pós-graduanda em Direitos Humanos pela UNIFESSPA.

² Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), e mestra em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Bacharela em Direito, com habilitação em Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.

há barreiras que dificultam a permanência e o êxito desses estudantes. Como considerações finais, destaca-se a importância de políticas públicas mais efetivas que não apenas garantam o acesso, mas também viabilizem suporte financeiro, acadêmico e social para esses alunos. Promover a equidade educacional e fortalecer a identidade quilombola no ambiente universitário são passos fundamentais para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Ensino superior. Políticas afirmativas. Inclusão educacional. Desigualdade.

Abstract

Education in quilombola communities in Brazil still faces numerous challenges, especially regarding access to and retention in higher education. The Quilombo Jutaí Remnant Community, located in Breu Branco, Pará, illustrates this reality, highlighting the structural and social difficulties that limit the educational opportunities of its residents. The absence of high school education within the community and the provision of a discontinuous modular model hinder students' academic preparation and reduce their chances of entering universities. Thus, the central problem of this study is to understand how the educational barriers faced by quilombolas impact their academic trajectory and what measures can be taken to promote greater inclusion. The objective of this study is to analyze the challenges quilombola students face in accessing higher education, based on the reality of Quilombo Jutaí, and to discuss the impact of affirmative policies, such as Law No. 12.711/2012 (Quota Law), on the inclusion of these groups. To achieve this, the research adopted a qualitative approach, based on bibliographic and documentary analysis, examining academic texts, legislation, and institutional reports on the subject. The justification for this study lies in the need to expand the debate on the inclusion of quilombola students in universities, considering the persistent inequality of opportunities. Although affirmative policies have brought progress, barriers still hinder the retention and success of these students. As a final consideration, the study highlights the importance of more effective public policies that not only guarantee access but also provide financial, academic, and social support for these students. Promoting educational equity and strengthening quilombola identity in the university environment are fundamental steps toward building a fairer and more inclusive society.

Keywords: Quilombola Community. Higher Education. Affirmative Policies. Educational Inclusion. Inequality.

1. Introdução

A educação sempre desempenhou um papel central na construção da identidade e da resistência das comunidades quilombolas. No entanto, o acesso ao ensino superior para essas populações ainda representa um grande desafio, marcado por barreiras estruturais e sociais que dificultam tanto o ingresso quanto a permanência dos estudantes nas universidades. A realidade da Comunidade Remanescente de Quilombo Jutaí, localizada no município de Breu Branco, no Pará, ilustra essas dificuldades, evidenciando a precariedade da infraestrutura educacional e a ausência de políticas plenamente eficazes que assegurem a continuidade dos estudos para os jovens quilombolas.

O problema central deste estudo reside na desigualdade de acesso ao ensino superior enfrentada pelos estudantes quilombolas, que, apesar da implementação de

políticas afirmativas, ainda lidam com obstáculos significativos, como uma possível carência de um ensino médio de qualidade, a falta de recursos financeiros e o distanciamento geográfico das universidades. Nesse sentido, a questão que se coloca é: como as barreiras educacionais enfrentadas pelos quilombolas influenciam sua trajetória acadêmica e sua permanência no ensino superior?

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar os desafios encontrados pelos estudantes quilombolas para ingressar e permanecer no ensino superior, com base na experiência da Comunidade Quilombola Jutaí. Além disso, busca-se compreender de que forma as políticas afirmativas, como a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), têm impactado a inclusão desses grupos nas universidades e quais estratégias podem ser adotadas para ampliar suas oportunidades educacionais.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo baseia-se na pesquisa bibliográfica e documental, com análise de textos acadêmicos, legislações e relatórios institucionais que abordam a educação quilombola e as políticas públicas voltadas para esse grupo. A partir desse material, foi possível examinar o contexto educacional do Quilombo Jutaí, bem como as dificuldades enfrentadas por seus moradores no percurso educacional até a universidade.

A justificativa para este estudo encontra-se na necessidade de aprofundar o debate sobre a inclusão dos quilombolas no ensino superior, considerando que, apesar dos avanços proporcionados por ações afirmativas, ainda há uma baixa representatividade desse grupo nas universidades brasileiras. O ensino superior, além de ser um direito constitucional, é um meio fundamental para a transformação social e econômica dessas populações. Dessa forma, compreender os desafios que ainda persistem e buscar alternativas para superá-los é essencial para promover a equidade no acesso à educação e garantir que a população quilombola possa exercer plenamente seu direito ao conhecimento e ao desenvolvimento acadêmico.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, baseada na análise bibliográfica e documental. A pesquisa foi conduzida a partir da revisão de literatura acadêmica e legislações pertinentes ao tema, permitindo uma compreensão aprofundada sobre a educação nas comunidades quilombolas, com ênfase no acesso e permanência no ensino superior. Foram consultadas obras de autores que discutem a trajetória histórica da educação quilombola, bem como pesquisas voltadas para a análise de políticas públicas e ações afirmativas implementadas para garantir o direito à educação dessa população.

Além disso, o estudo buscou contextualizar a realidade do Quilombo Jutaí, utilizando informações de fontes institucionais, relatórios oficiais e artigos científicos que abordam a dinâmica educacional dessa comunidade. Dessa forma, foi possível estabelecer uma conexão entre os desafios enfrentados pelos estudantes quilombolas e as barreiras estruturais que dificultam seu ingresso e permanência na universidade.

A pesquisa documental também se mostrou essencial para a fundamentação do estudo, uma vez que foram analisadas normativas legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta a titulação de terras quilombolas. Esses documentos foram fundamentais para compreender o arcabouço jurídico que ampara os direitos educacionais dos quilombolas e identificar possíveis lacunas na efetivação dessas políticas.

Para reforçar a análise, foram utilizados estudos que abordam a experiência de estudantes quilombolas no ensino superior, destacando os desafios acadêmicos e

sociais enfrentados por esses indivíduos ao longo de sua trajetória universitária. A partir dessas reflexões, o artigo buscou não apenas evidenciar as dificuldades inerentes ao acesso à educação superior, mas também demonstrar a importância das políticas afirmativas para a inclusão desses grupos historicamente marginalizados.

3. Quilombo Jutai: um exemplo da dinâmica educacional nas comunidades remanescentes de quilombo

Para este tópico, a Comunidade Remanescente de Quilombo Jutai foi escolhida como referência para a abordagem da educação dentro dos quilombos. Localiza-se na margem direita do Rio Tocantins, próxima à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no município de Breu Branco, Pará. A fundação do local remonta a 16 de abril de 1940, quando os primeiros moradores, vindos do interior de Mocajuba (PA), fixaram residência em uma ilha então chamada de "Ilha Grande". Com o aumento da população e a chegada de novos habitantes, o nome foi alterado para "Ilha Grande de Jutai", devido à presença de árvores de jutai na região (Moreira, 2023).

A ocupação da ilha foi impulsionada pela fertilidade do solo, favorecendo atividades econômicas primárias, como a coleta de castanha-do-pará e a pesca artesanal. No entanto, com o tempo, os moradores foram se distribuindo entre diferentes margens do rio, resultando na configuração atual da comunidade. É importante destacar a importância histórica e cultural da comunidade quilombola, enfatizando seu desenvolvimento e os desafios enfrentados ao longo dos anos (Moreira, 2023).

O Quilombo Jutai, localizado em Breu Branco-PA, foi reconhecido como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, por meio da Portaria nº 211/2011, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, que assegura a proteção do patrimônio cultural brasileiro, incluindo sítios históricos relacionados à memória dos quilombos (Ipatrimônio, 2025).

O fato de Nova Jutai ter sido oficialmente reconhecida como quilombola em 2011, possibilitou o acesso a políticas públicas, como cotas universitárias e vacinação prioritária. A economia local depende majoritariamente da pesca artesanal e da agricultura de subsistência, com cultivo de arroz, milho e cacau. Apesar desse reconhecimento, a comunidade enfrenta vulnerabilidade social, refletida na baixa renda e na dependência de programas assistenciais (Urbano; Cruz, 2024).

A territorialização da comunidade foi impulsionada pelo deslocamento forçado causado pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, exigindo a reorganização social e cultural dos moradores. Tradições como o samba de cacete, festividades religiosas e narrativas míticas reforçam a identidade quilombola e a memória coletiva.

A resistência da comunidade se expressa na luta pelo reconhecimento e pela regularização fundiária, ainda pendente no Instituto de Terras do Pará (ITERPA). A AFROBRAJU e outros agentes locais desempenham papel fundamental na valorização da identidade quilombola e na reivindicação de direitos, reafirmando a importância da Constituição Federal de 1988 na garantia da autodeterminação dessas populações (Urbano; Cruz, 2024).

De acordo com o Decreto nº 4.887/2003, as comunidades quilombolas são formadas por grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, vinculados a territórios específicos e descendentes de populações que resistiram à escravidão. Essas comunidades mantêm suas tradições culturais e modos de subsistência, como a agricultura, pesca e extrativismo, além de desenvolverem atividades de turismo comunitário. Embora a maioria esteja em áreas rurais, há também quilombos em regiões urbanas e peri-urbanas (Ipatrimônio, 2025).

As denominações dessas comunidades variam conforme a região, sendo identificadas como terras de preto, terras de santo ou pelo próprio nome local. O reconhecimento dessas comunidades não apenas reforça a preservação de sua identidade cultural, mas também evidencia a dívida histórica do Estado brasileiro com a população negra (Ipatrimônio, 2025).

Lima (2019), analisa a educação sob a ótica dos tratados internacionais de direitos humanos, com ênfase nas diretrizes estabelecidas pela UNESCO. O estudo destaca a evolução histórica do direito à educação, desde a influência do Iluminismo e da Revolução Francesa até a sua consolidação como um direito humano fundamental no pós-Segunda Guerra Mundial.

O trabalho da autora discute documentos internacionais essenciais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e os relatórios da UNESCO sobre a Educação para Todos (2000-2015). Aborda também a Declaração de Incheon e o Marco de Ação da Educação 2030, que enfatizam a necessidade de um ensino inclusivo, equitativo e de qualidade, promovendo o aprendizado ao longo da vida.

Sob essa perspectiva, evidencia os avanços e desafios globais no acesso à educação, destacando as desigualdades de gênero, a exclusão de crianças em regiões de conflito e a importância de políticas públicas para garantir a universalização do ensino. Reafirma ainda a necessidade de valorização dos professores e de investimentos contínuos na melhoria da infraestrutura educacional. Por fim, Lima (2019) reforça o papel transformador da educação, essencial para o desenvolvimento humano e sustentável, destacando a responsabilidade dos Estados na sua promoção e a relevância da cooperação internacional para garantir esse direito fundamental a todas as pessoas.

Os remanescentes quilombolas têm sua identidade fortalecida por meio do ensino, enfatizando a importância da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos escolares. A comunidade teve sua origem a partir de grupos de ex-escravizados que buscaram refúgio e autonomia territorial. O termo "quilombo" é contextualizado historicamente, destacando sua evolução desde o período colonial até as lutas contemporâneas por reconhecimento e titulação de terras (Souza, 2021).

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutaí, localizada na comunidade quilombola Nova Jutaí, desempenha um papel essencial na formação dos moradores, especialmente das crianças e adolescentes. Seu histórico está diretamente ligado ao desenvolvimento da comunidade, sendo um dos principais espaços de socialização e construção do conhecimento para os quilombolas (Souza, 2021).

De acordo com Souza (2021), a escola oferece ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental II, atendendo alunos de diferentes faixas etárias. A instituição passou por diversas mudanças ao longo dos anos, especialmente após a realocação da comunidade devido a eventos naturais, como a grande cheia do Rio Tocantins em 1980. Inicialmente, a escola era um espaço simples, com estrutura precária, e funcionava no formato multisseriado, no qual alunos de diferentes anos escolares estudavam juntos em uma mesma turma devido à escassez de professores e salas de aula.

O maior problema educacional enfrentado pela comunidade é a ausência do ensino médio, obrigando os estudantes a buscarem essa etapa em localidades vizinhas. A opção mais próxima fica a cerca de 3 km e funciona no sistema modular, no qual as disciplinas são oferecidas em períodos curtos e descontínuos. Nesse

modelo, matérias essenciais, como Língua Portuguesa, são ministradas em apenas 30 dias, e os alunos precisam esperar meses até que outra disciplina seja disponibilizada (Moreira; Cardoso; Ferreira, 2025).

Esse formato de ensino prejudica a formação dos estudantes, pois compromete a continuidade do aprendizado e a fixação dos conteúdos. Além disso, algumas disciplinas essenciais, como Redação, muitas vezes não são ofertadas. Muitos alunos que passaram pelo ensino médio modular relatam que nunca tiveram aulas dessa disciplina, o que impacta negativamente seu desempenho acadêmico e profissional.

Atualmente, segundo Souza (2021), a escola conta com uma estrutura mais ampla e organizada, incluindo salas de aula separadas por séries, uma biblioteca, sala de informática, pátio para atividades recreativas, cozinha e banheiros. Além disso, há um número maior de professores formados em diversas áreas do conhecimento, garantindo um ensino mais qualificado. Mesmo assim, ainda há desafios relacionados à infraestrutura e à necessidade de recursos didáticos mais modernos.

A escola de Nova Jutai, desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes e no fortalecimento da identidade quilombola. O ensino de História na instituição busca resgatar as tradições da comunidade, abordando temas como o movimento negro, a resistência quilombola e as práticas culturais locais. Existem desafios enfrentados pela comunidade, como a exclusão social, a falta de infraestrutura educacional adequada e as dificuldades de acesso a políticas públicas. Há um destaque para as transformações no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que busca alinhar-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, implementadas pelo MEC em 2012 (Souza, 2021).

Além disso, o impacto do ensino multisseriado e as estratégias adotadas pelos professores para garantir um aprendizado eficaz, mesmo diante de limitações estruturais. Entrevistas com educadores e moradores reforçam a importância da escola como um espaço de resistência e valorização da cultura quilombola. Segundo Souza (2021), apesar dos desafios, a educação tem sido um instrumento essencial para a construção da cidadania e a preservação da identidade histórica da comunidade Nova Jutai.

4. Educação superior: desafios que ultrapassam os limites do território

Ingressar no Ensino Superior é um desafio para muitas pessoas e exige esforço desde o início, considerando o longo caminho a ser percorrido. As práticas de solidariedade exercidas ao longo desse período, os ensinamentos adquiridos, o conhecimento compartilhado, os recursos oferecidos por bolsas de estudo e os apoios recebidos desempenham um papel fundamental na permanência e conclusão do curso. Esse desafio se torna ainda mais significativo para aqueles que vêm de outras regiões, com diferentes vivências, motivados a cursar o ensino superior.

Zago (2006) aborda a problemática das desigualdades educacionais no ensino superior, com foco na trajetória de estudantes universitários de origem popular. A pesquisa busca compreender tanto o acesso quanto a permanência desses estudantes no ambiente acadêmico, analisando as condições que possibilitam sua inserção e os desafios que enfrentam para concluir a graduação. Seu estudo baseia-se em duas abordagens metodológicas: uma quantitativa, a partir de dados sobre candidatos e aprovados no vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e outra qualitativa, por meio de entrevistas com 27 estudantes de baixa renda que ingressaram na instituição.

Os resultados evidenciaram que, apesar da ampliação do número de vagas no ensino superior, a desigualdade persiste devido a barreiras estruturais, como o ensino básico deficiente e a seletividade dos vestibulares. Muitos estudantes de origem popular enfrentam dificuldades financeiras e acadêmicas, acumulando trabalho e estudo para manter-se na universidade. Além disso, a escolha do curso muitas vezes é influenciada por fatores como menor concorrência e necessidade de rápida inserção no mercado de trabalho, em vez de vocação ou interesse pessoal (Zago, 2006).

Outro ponto destacado é o impacto da formação anterior na adaptação ao ensino superior. O déficit educacional nas escolas públicas gera dificuldades no acompanhamento das disciplinas, principalmente nas áreas de exatas. A falta de acesso a materiais de estudo e a participação limitada em atividades acadêmicas e culturais também reforçam a desigualdade entre os estudantes. Por fim, Zago (2006) ressalta que a democratização do ensino superior não se restringe à ampliação do acesso, mas também requer políticas efetivas de permanência, garantindo suporte financeiro, acadêmico e psicológico para os estudantes de baixa renda. A pesquisa reforça a necessidade de medidas que reduzam as desigualdades e possibilitem que esses alunos não apenas ingressem, mas concluam seus cursos com sucesso.

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que determinou que metade das vagas nas universidades federais deveria ser destinada a cotistas, considerando critérios como renda familiar, a rede de ensino cursada no ensino médio e a etnia do estudante (negros, pardos, quilombolas e indígenas). Estima-se que mais de 8 milhões de alunos estejam matriculados em universidades no Brasil. No entanto, em média, apenas 2 mil são quilombolas, uma vez que apenas recentemente foram contemplados por políticas que viabilizaram seu acesso ao ensino superior (Pantoja, 2023).

Apesar de a Lei de Cotas prever vagas para candidatos negros, não há uma legislação específica que regule a oferta de vagas em universidades para candidatos quilombolas. No entanto, algumas instituições de ensino superior reservam vagas para estudantes oriundos dessas comunidades. No estado do Pará, algumas universidades federais oferecem o Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ), como a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Essa iniciativa é fruto de anos de luta e tornou-se possível por meio de ações afirmativas promovidas pelo governo federal.

O processo seletivo, que pode ser conferido nos sites das instituições acima citadas, conta com diversas etapas, desde a candidatura até a apresentação da documentação necessária para comprovação do vínculo com a comunidade quilombola, culminando na aprovação do candidato. As universidades federais, em sua maioria, oferecem suporte a esses estudantes, promovendo ações e eventos que permitem a valorização e a expressão de sua cultura. Um exemplo disso foi o IV Encontro Nacional de Estudantes Quilombolas (ENEKI), realizado na UFPA entre os dias 3 e 6 de agosto de 2023. O evento teve como objetivo “aquilombar” o ensino, ou seja, fortalecer a presença das comunidades quilombolas nas universidades e exaltar os saberes e as culturas tradicionais. Conforme destacado no próprio site da UFPA, essa iniciativa ressalta a importância da inserção dessa população em um espaço que, historicamente, lhes foi negado.

Essas medidas são de extrema importância para essa população, pois possibilitam que esses estudantes se sintam acolhidos e que outras pessoas

conheçam um pouco de sua cultura e realidade. É fundamental considerar que esses indivíduos deixam suas comunidades para vivenciar uma nova realidade, enfrentando obstáculos sociais, econômicos e pedagógicos. Além disso, o Brasil possui um histórico significativo de racismo, tornando a inclusão educacional uma questão essencial para toda a sociedade (Oliveira, 2019).

A dinâmica de estudo na educação básica dentro das comunidades quilombolas é bastante distinta daquela encontrada nas universidades, o que pode gerar dificuldades e percepções negativas na relação entre os estudantes quilombolas e os demais discentes. Muitas vezes, até mesmo sua capacidade de cursar uma graduação é questionada, reforçando barreiras que dificultam sua permanência no ensino superior. “Uma das questões mais gritantes neste diagnóstico era além da posição ocupada pelos negros quilombolas no espaço físico da aula o trato cotidiano no silenciamento de suas falas” (Oliveira, 2019, p. 2).

No entanto, as experiências e desafios cotidianos enfrentados nas universidades acabam por fortalecer sua identidade. Assim, a criação de coletivos e redes de apoio torna-se essencial para garantir sua permanência e trajetória acadêmica até a conclusão do curso. Essa união fortalece a identidade dos estudantes quilombolas e amplia o sentimento de pertencimento ao ambiente universitário. Desde a aprovação da Lei nº 12.711/2012, as cotas raciais transformaram as universidades brasileiras, promovendo mudanças essenciais na percepção sobre desigualdades, racismo e discriminação. Além disso, devido à relação entre os direitos constitucionais e as ações afirmativas, o tema recebeu atenção especial no meio jurídico.

A crescente participação de estudantes negros e quilombolas no ensino superior teve um papel fundamental na alteração dos padrões de desigualdade no acesso à universidade. O critério da meritocracia, quando utilizado exclusivamente nesse contexto, mostra-se insuficiente para garantir a diversidade no ambiente acadêmico, especialmente considerando a realidade brasileira. O país apresenta um dos maiores índices de desigualdade social do mundo, onde apenas uma parcela da elite tem acesso a escolas de qualidade e condições para se preparar adequadamente para o ingresso em universidades de prestígio e alta concorrência.

A Constituição Federal de 1988 oferece respaldo para a adoção de políticas públicas de inclusão, com o objetivo de promover a diversidade étnico-cultural no ensino superior. O Estado brasileiro se declara uma sociedade livre de preconceitos e compromete-se a reduzir as desigualdades sociais. Exemplo disso são os artigos 3º, incisos III e IV, que estabelecem como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" e "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Além disso, o artigo 4º, inciso VIII, determina o "repúdio ao terrorismo e ao racismo", reforçando o compromisso constitucional com a igualdade e a justiça social.

Apesar dos respaldos constitucionais, a desigualdade na educação ainda é evidente. Enquanto uma parcela da população tem acesso a uma educação de qualidade, muitos recebem um ensino precário. Assim, torna-se injusto que ambos concorram em igualdade de condições por uma vaga no vestibular, considerando a diferença no grau de instrução e qualificação. Essa disparidade pode gerar preconceitos, além de expor estudantes a sofrimento e danos subjetivos decorrentes dessa desigualdade.

Dessa forma, para promover a inclusão social dessa parcela da população, é necessário adotar estratégias eficazes, e não apenas proibir a discriminação. A

educação é o principal eixo para a construção de uma sociedade mais humanitária, antirracista e igualitária. No entanto, para que transformações efetivas ocorram, são necessários suportes que, além de garantir igualdade de oportunidades, ampliem o acesso ao mercado de trabalho, que se tornou altamente competitivo. Nesse cenário, a obtenção de um diploma universitário representa um diferencial positivo.

Com a implementação do sistema de cotas, as universidades passaram a refletir melhor a diversidade já existente na sociedade brasileira, na qual cada indivíduo possui características específicas protegidas pelos direitos humanos, que garantem o respeito à dignidade e aos direitos fundamentais de todos. Dessa forma, o Estado deve adotar medidas concretas no ensino superior para promover uma sociedade mais igualitária, com oportunidades equitativas, independentemente de características pessoais, como raça ou gênero, ampliando, assim, a capacidade de integração social.

Além disso, é fundamental que a sociedade reconheça e apoie esses movimentos, a fim de combater a visão conservadora das elites, que buscam manter o privilégio do acesso ao ensino superior restrito a poucos. Por meio de muita luta e da implementação do sistema de cotas, houve um aumento significativo no número de quilombolas no ensino superior, representando uma grande conquista tanto para esse grupo quanto para a sociedade como um todo, uma vez que o acesso à educação de qualidade é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O levantamento intitulado “Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras”, realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema), sobre as políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras aborda a inclusão de quilombolas no ensino superior, destacando desafios e avanços dessa população no acesso à universidade. Uma das constatações do estudo é que, embora existam vestibulares específicos para quilombolas, eles ainda são pouco frequentes, sendo mais comuns em universidades federais do que nas estaduais. No entanto, mesmo nesses espaços, a inclusão desse grupo enfrenta dificuldades maiores do que a de outras minorias, como indígenas e pessoas trans (Freitas et al., 2022).

Entre 2019 e 2020, verificou-se uma leve redução no número de universidades federais que disponibilizam vagas destinadas a quilombolas, enquanto as cotas para pretos, pardos e indígenas permaneceram estáveis. Nas universidades estaduais, a presença dessa população é ainda mais limitada. Essas instituições tendem a adotar políticas de ação afirmativa com foco em critérios socioeconômicos, priorizando candidatos de baixa renda e egressos de escolas públicas, em vez de estabelecer cotas com base na identidade racial ou no pertencimento a comunidades tradicionais (Freitas et al., 2022).

O levantamento também aponta que quilombolas encontram maiores dificuldades para inserir suas demandas na agenda das universidades e conquistar políticas de acesso específicas, em comparação com os povos indígenas, que têm obtido avanços mais expressivos na criação de processos seletivos próprios. Embora a Lei 12.711/2012 tenha sido fundamental para ampliar a inclusão racial no ensino superior federal, sua implementação não garantiu de maneira uniforme o atendimento das necessidades da população quilombola. A reserva de vagas voltada para pretos, pardos e indígenas avançou, mas nem sempre há uma previsão específica para os quilombolas dentro dessas políticas (Freitas et al., 2022).

Nesse contexto, seria de grande relevância analisar a percepção dos brasileiros e dos próprios estudantes que usufruem do sistema de cotas. Isso porque

grande parte da sociedade é influenciada por discursos normativos que reforçam preconceitos e contribuem para a naturalização de atitudes discriminatórias dentro das universidades.

Dessa forma, para promover a inclusão de maneira efetiva, é fundamental a realização de ações que valorizem e deem visibilidade às diversas culturas, como a promoção de rodas de conversa, a inserção de componentes curriculares que abordem a história africana e afro-brasileira e a capacitação de docentes em relações étnico-raciais. Essas estratégias são essenciais para minimizar o racismo, estabelecer metas inclusivas e fomentar a equidade no ambiente acadêmico.

5. Considerações Finais

O acesso ao ensino superior representa uma das maiores barreiras enfrentadas pela população quilombola no Brasil. Embora tenham sido implementadas políticas afirmativas voltadas para esse grupo, como a reserva de vagas em algumas universidades federais, a trajetória até a graduação ainda é permeada por desafios estruturais, sociais e econômicos que limitam as oportunidades desses estudantes. A precariedade do ensino básico em suas comunidades, a falta de suporte educacional contínuo e as dificuldades logísticas para frequentar escolas e universidades reforçam a desigualdade de acesso e permanência no ensino superior.

O Quilombo Jutáí exemplifica essa realidade ao demonstrar como a ausência de ensino médio na comunidade obriga os estudantes a se deslocarem para outras localidades, enfrentando longas distâncias e um modelo de ensino modular que compromete a continuidade da aprendizagem. A falta de estrutura e de professores especializados impacta diretamente a formação dos alunos, dificultando sua competitividade nos processos seletivos de ingresso ao ensino superior.

Além das barreiras educacionais, os quilombolas que conseguem ingressar na universidade enfrentam desafios que vão além do acadêmico. O preconceito racial, a adaptação a um ambiente historicamente elitizado e a necessidade de conciliar trabalho e estudo tornam a jornada universitária ainda mais difícil. Muitas dessas dificuldades refletem a herança de um sistema que historicamente excluiu essa população do acesso à educação formal e restringiu seus direitos.

No entanto, apesar desses obstáculos, a crescente presença de estudantes quilombolas nas universidades brasileiras evidencia a importância das políticas de ação afirmativa e da mobilização social em prol da inclusão. A implementação da Lei de Cotas e a criação de vestibulares específicos para quilombolas são conquistas fundamentais que proporcionaram a esses estudantes uma oportunidade real de transformação social. Ainda assim, é necessário ampliar o debate sobre a permanência desses alunos na universidade, garantindo-lhes suporte financeiro, acadêmico e psicológico para que concluam seus cursos com sucesso.

A democratização do ensino superior não pode se limitar à ampliação do acesso; deve envolver também o fortalecimento de estratégias que assegurem equidade, respeito à diversidade e reconhecimento das especificidades culturais dos estudantes quilombolas. A educação deve ser um instrumento de valorização das identidades e das histórias dessas comunidades, promovendo um ensino que reconheça a riqueza de suas contribuições para a sociedade brasileira.

Portanto, é fundamental que o Estado, as universidades e a sociedade civil trabalhem em conjunto para garantir que o direito à educação superior seja efetivamente acessível a todos, independentemente de sua origem étnico-racial ou condição socioeconômica. A inclusão dos quilombolas no ensino superior não deve

ser apenas uma exceção conquistada por meio da luta, mas sim uma realidade consolidada por políticas públicas eficazes e comprometidas com a igualdade e a justiça social. Afinal, um país que investe na educação de seus povos tradicionais constrói um futuro mais democrático, plural e socialmente justo.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

IPATRIMÔNIO. **Breu Branco – Quilombo Jutai**. 2025. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/breu-branco-quilombo-jutai#!/map=38329&loc=-3.777100454884816,-49.558363797563,17>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FREITAS, Jefferson. et al. **Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras (2020)**. Levantamento das políticas de ação afirmativa. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), 2022. Disponível em: <http://gemma.iesp.uerj.br>. Acesso em: 19 fev. 2025.

KUHN, Marco. **A evolução histórica da aposentadoria rural e a aplicação do princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais**. Santa Rosa, 2014. Unijuí. Disponível em: <https://1library.org/document/yrwx48z-evolucao-historica-aposentadoria-aplicacao-uniformidade-equivalencia-beneficios-populacoes.html>. Acesso em 18. Agost. 2023.

LIMA, Carolina Alves de Souza. O direito à educação na perspectiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 1007, p. 181-203, set. 2019.

MOREIRA, Gildete Pompeu. **Aposentadoria rural: um estudo na comunidade remanescente de Quilombo Jutai – Breu Branco/PA**. 2023. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, Instituto de Estudos em Direitos e Sociedade, Faculdade de Direito, Curso de Bacharelado em Direito, Marabá, 2023. Disponível em: https://fadir.unifesspa.edu.br/images/TCCFADIR/TCC2023/GILDETE_POMPEU_MO REIRA.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

MOREIRA, Gildete Pompeu; CARDOSO, Leiciane Moreira; FERREIRA, Sara Brígida Farias. **Educação Básica: um direito constitucional uma análise na Comunidade Remanescente de Quilombo Jutai – Breu Branco/PA**. 2025. In: II Seminário de Direitos Humanos. IEDS. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

OLIVEIRA, Vera Rosane Rodrigues de. **Educação quilombola desafios e perspectivas na organização da luta negra**. 2019. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Vera-Rosane-Rodrigues-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

PANTOJA, Adrielly. **Entre lutas e conquistas: a realidade dos alunos quilombolas na Ufopa, em Santarém (PA)**. 2023. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1073/entre-lutas-e-conquistas-a-realidade-dos-alunos-quilombolas-na-ufopa-em-santarem-pa>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SOUZA, Iranilda Santana de. **Histórias ensinadas: a comunidade quilombola de Nova Jutai e o ensino de história (Breu Branco - PA, 2019-2020)**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesspa.edu.br/bitstream/123456789/1539/1/Hist%c3%b3rias%200ensinadas%20-%20a%20Comunidade%20Quilombola%20de%20Nova%20Juta%c3%ad.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Universidades federais do Pará vão receber o IV Encontro Nacional de Estudantes Kilombolas**. 2023. Disponível em: <https://ufpa.br/universidades-federais-do-para-va-receber-o-iv-encontro-nacional-de-estudantes-kilombolas-2/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

URBANO, Francisco Wagner; CRUZ, Benedito Ely Valente da. Nova Jutai/PA: a herança quilombola como movimento de resistência e efetividade do direito a terra e ao território. 2024. **Revistaft**. Disponível em: <https://revistaft.com.br/nova-jutai-pa-a-heranca-quilombola-como-movimento-de-resistencia-e-efetividade-do-direito-a-terra-e-ao-territorio/>. Acesso em: 01 mar. 2025.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2025.